

<http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s25912755/twsu127w3>

José Sergio Leite Lopes e a formação da Antropologia do trabalho no Brasil

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo*

NuAT/Museu Nacional/UFRJ
wecisley@gmail.com

Recibido: 14-11-20

Aceptado: 18-01-21

Resumo: O presente ensaio interpreta um fragmento da obra de José Sergio Leite Lopes, destacando seu papel central na constituição de uma Antropologia do trabalho, no Brasil. A análise se concentra sobre a contribuição inovadora deste antropólogo, cujas implicações são consideradas em duas escalas, articuladas entre si. Em um primeiro nível, ele adota métodos de pesquisa de campo etnográfica entre trabalhadores industriais. Adaptando ao contexto da fábrica os recursos sistematizados pela Antropologia, no estudo de povos não industriais, o pesquisador abre campo inédito de investigação empírica. Traz com isso um sopro renovador à pesquisa sobre relações de trabalho, especialmente submetendo as categorias acadêmicas ao escrutínio de dados empíricos registrados em primeira mão. Em um segundo nível, a formação da Antropologia do Trabalho se situa na escala mais abrangente das Ciências Sociais, e particularmente no caso de Leite Lopes, do Pensamento Social Brasileiro. Ao extrapolar a esfera da produção, investigando também o tempo da reprodução da força de trabalho, seus aspectos culturais e suas práticas de lazer, as pesquisas de Leite Lopes repercutem no campo dos estudos da

* Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ-2013), mestrado pelo mesmo programa (2009) e licenciatura plena em Educação Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2004). Foi pesquisador bolsista do Colégio Brasileiro de Altos Estudos, vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, onde desenvolveu uma pesquisa coletiva sobre Movimentos Sociais e Esfera Pública, em cooperação com a Secretaria Geral da Presidência da República (2012-2014). Membro fundador do Núcleo de Antropologia do Trabalho, Estudos Biográficos e de Trajetórias (NuAT/Museu Nacional/UFRJ).

brasilidade; especialmente no que se refere a um de seus elementos nucleares – a saber, o futebol. O argumento que o artigo propõe sugere que ao abrir espaço à pesquisa no chão da fábrica, este intelectual pioneiro concorreu a um só tempo para a constituição de uma linha de pesquisa etnográfica e para o tratamento empíricamente mais rigoroso daquilo que alguns dos pensadores da formação nacional denominam o “dilema brasileiro”.

Palavras-chave: Antropologia; Trabalho; Formação.

José Sergio Leite Lopes y la formación de la Antropología del trabajo en Brasil

Resumen: Este ensayo interpreta un fragmento de la obra de José Sergio Leite Lopes, destacando su papel en la constitución de una Antropología del trabajo. El análisis se centra en el trabajo innovador de este antropólogo, cuyas implicaciones se consideran a dos escalas, articuladas entre sí. En un primer nivel, adopta métodos de investigación de campo etnográfico entre trabajadores industriales. Adaptando al contexto de la fábrica los recursos sistematizados por la Antropología, en el estudio de pueblos no industriales, el investigador abre un campo de estudios empíricos nuevo, capaz de renovar la investigación social sobre las relaciones laborales, especialmente al someter las categorías académicas al escrutinio de datos empíricos de primera mano. En un segundo nivel, la formación de la Antropología del trabajo se ubica en la escala más amplia de las Ciencias Sociales, y particularmente en el caso de Leite Lopes, del Pensamiento Social Brasileño. Extrapolando la esfera de la producción, investigando también el tiempo de reproducción de la fuerza de trabajo, sus aspectos culturales y sus prácticas de ocio, la investigación de Leite Lopes tiene una fuerte repercusión en el campo de los estudios brasileños; especialmente con respecto a uno de sus elementos centrales, a saber, el fútbol. El argumento del artículo sugiere que al abrir espacio a la investigación en el piso de la fábrica, este intelectual pionero contribuyó al mismo tiempo por la constitución de una línea de investigación etnográfica y para un tratamiento empíricamente riguroso de lo que algunos de los pensadores llaman el “dilema brasileño”.

Palabras clave: Antropología; Trabajo; Formación.

José Sergio Leite Lopes and the formation of Anthropology of work in Brazil

Abstract: This essay interprets a fragment of the work of José Sergio Leite Lopes, highlighting its central role in the constitution of an Anthropology of work, in Brazil. The analysis focuses on the innovative work of this anthropologist, whose implications are considered on two scales, articulated with each other. At a first level, he adopts ethnographic field research methods among industrial workers. Adapting to the context of the factory the resources systematized by Anthropology, in the study of non-industrial peoples, the researcher

opens an unprecedented field of empirical research. It brings a renewed breath to social research on labor relations, especially by subjecting the academic categories to scrutiny of empirical data recorded firsthand. In a second level, the formation of Anthropology of work is located on the wider scale of Social Sciences, and particularly in the case of Leite Lopes, of Brazilian Social Thought. By extrapolating the sphere of production, also investigating the time of the re-production of the workforce, its cultural aspects and its leisure practices, Leite Lopes' research has a strong repercussion in the field of Brazilian studies and Brazilian culture; especially with regard to one of its core elements - namely, soccer. The argument that the article proposes suggests that by opening space for research on the factory floor, this pioneering intellectual contributed at the same time for the constitution of an ethnographic research line and for the empirically more rigorous treatment of what some of the thinkers of the national formation call the "Brazilian dilemma".

Keywords: Anthropology; Work; Making

INTRODUÇÃO

As notas aqui esboçadas compreendem o resultado da leitura de um fragmento da obra de José Sergio Leite Lopes. O propósito é identificar algumas de suas contribuições para a formação de uma Antropologia do Trabalho, no Brasil. Situo-me muito longe de querer contemplar todos os desdobramentos de seu trabalho. Em sua trajetória, este antropólogo tem se dedicado a um campo de interesses muito vasto, cujas implicações não cabem em um único artigo.

Com uma capacidade singular para lidar analiticamente com as ambiguidades da vida social, Leite Lopes diz coisas originais onde parte de seus pares reproduz consensos. Em um contexto histórico no qual as Ciências Sociais por vezes convertiam os processos substantivos de alienação da produção do trabalhador na abstrata "consciência alienada", a obra deste antropólogo investiu a teoria marxiana nos fatos empíricos, conferindo aos conceitos dinamismo que lhes permitisse dar conta das contradições imanentes à realidade social. Pôde assim, como veremos, abordar a noção de fetichismo a partir de perspectiva mais ambivalente, da qual não resulta apenas mistificação da vida, senão também crítica espontânea.

A análise que este antropólogo elabora de aspectos caros à formação das classes operárias do Brasil incorpora contradições intrínsecas aos fenômenos sociais até então carentes de interpretação. A este respeito os trabalhadores da tecelagem de Paulista, em Pernambuco (mesmo Estado brasileiro no qual transcorreu o trabalho de campo junto aos operários de uma usina de açúcar, por ocasião do mestrado), sobre os quais Leite Lopes redigiu sua tese de doutorado, fornecem ilustração. Em um momento de hegemonia do postulado de um atraso da classe trabalhadora brasileira, como decorrência de suas origens rurais, este pioneiro da etnografia operária lançou luz sobre o

potencial disruptivo da dominação patronal desempenhado pelas tradições culturais dos trabalhadores de Paulista.

A crítica por vezes pouco matizada aos trabalhadores, formulada por intelectuais que o antecederam, termina por endossar nas Ciências Sociais brasileiras, uma versão acadêmica do que Nelson Rodrigues denominou complexo de vira-lata. É assim, por exemplo, que parte dos cientistas sociais brasileiros enxerga supostas particularidades do país nas relações pessoalizadas entre trabalhadores, patrões e políticos profissionais que estariam na base da corrupção, do atraso das instituições democráticas, da ausência de modernização nas relações de produção. Isto está presente, por exemplo, no “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1995) ou no arbítrio patrimonialista dos “donos do poder” de Raimundo Faoro (2008). Em um sentido ainda mais abrangente, mesmo um pioneiro da teoria literária no Brasil, Antônio Cândido, não escapou dessa armadilha rodrigueana; tendo sugerido ser a literatura brasileira – em grande parte inspirada nos modos de vida dos trabalhadores – “galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem do Jardim das Mudas” (Cândido, 2000, p. 9). Leite Lopes, ao contrário, soube ver possibilidades para o desenvolvimento onde até então se enxergavam limites. Demonstrou, por exemplo, como a luta dos trabalhadores por direitos trabalhistas constituiu uma locomotiva da modernização possível das relações de produção.

Este artigo tem quatro seções, além desta introdução. A primeira delas faz um breve retrospecto nominalista de algumas das muitas searas desbravadas pelo pesquisador. O intento é demonstrar a abrangência de sua obra. A seguinte comenta o papel que ele desempenhou para a constituição de uma Antropologia do Trabalho, no Brasil, ao abrir caminho ao estudo etnográfico. O foco aqui se concentra sobre a incorporação nos trabalhos de Leite Lopes das contradições observadas em campo, as quais concorrem assim para dilatar o campo semântico das categorias acadêmicas. A penúltima seção aborda um tema aparentemente menor de sua obra que, no entanto, compreende um aspecto unificador da cultura dos trabalhadores em todo o vasto território brasileiro – qual seja, o futebol. Finalmente, as considerações finais fecham o argumento todo, buscando explicitar como os tópicos precedentes se articulam em torno de um argumento central, que opera como fio condutor do texto, articulando duas escalas distintas. Na escala específica da etnografia dos trabalhadores industriais, destaca-se um trabalho antropológico que levou a sério as práticas substantivas e as formas de pensar êmicas, em lugar de analisá-las por meio de abstrações acadêmicas. Ao inaugurar um campo inédito da pesquisa antropológica, esta atitude etnográfica abriu também novas perspectivas para a interpretação do chamado “dilema brasileiro” – a saber, a adoção da ideologia liberal de organização das relações de produção, no pós-escravidão, sem com isso superar uma estrutura social fortemente hierarquizada, patriarcal e escravocrata, no interior da qual a ideia de liberdade individual para vender a própria força de trabalho parece estranha. Destarte,

na passagem da escala etnográfica à escala da formação nacional, operada por meio do investimento no estudo do lazer operário, reside outra contribuição original de Leite Lopes – a se somar a seu papel fundador da Antropologia do Trabalho. Originalidade esta que já se vislumbra mediante uma visada panorâmica preliminar de sua trajetória, conforme veremos a seguir.

APONTAMENTOS NOMINALISTAS

Em um tempo no qual grande parte de seus colegas operava com o pressuposto da consciência alienada das classes trabalhadoras, José Sérgio Leite Lopes lançou-se, junto com sua companheira Rosilene Alvim, nos experimentos científico-educacionais da Pesquisa Participante Latino-americana. Sob os auspícios diocesanos de Don Adriano Hipólito, na igreja popular de Nova Iguaçu, município do Rio de Janeiro, redigiu, cooperando com mãos calejadas, um texto ainda hoje originalíssimo acerca de “A condução do trabalhador” (1981) – título com triplo sentido. O artigo tratava:

1- Do problema sempre atual, absolutamente central para as condições de vida dos trabalhadores e historicamente sonogado; a saber, o transporte público das periferias urbanas. A relevância do tema e do método não é pequena, em um país que força o trabalhador a residir fora das cidades. A “condução” é aqui condição necessária (embora não suficiente) da democratização da cidade. O tema emergia do bojo dos movimentos sociais urbanos, germinado pelo cristianismo progressista, os quais respiravam a plenos haustos o sopro criador do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores. 2- Da “condução” dos movimentos populares. O pressuposto do estudo participativo era que os trabalhadores conhecessem eles mesmos sua realidade social para autogerirem suas lutas. 3- Da “condução” de pesquisas científicas junto do trabalhador. A autoria etnográfica era assim compartilhada entre os pesquisadores profissionais, José Sérgio e Rosilene Alvim, o auxiliar de escritório José Soares Milheiro, o servente e delegado sindical dos trabalhadores de bebidas do Rio de Janeiro, Raimundo de Carvalho, o soldador, Valdir Matos Reis, o caminhoneiro Isaías Franco da Silva e o pedreiro Edrísio Santos. Os dois antropólogos dissolviam assim a hierarquia entre pesquisador e pesquisado, sete anos antes de James Clifford elaborar sua crítica ao que chamou de “autoridade etnográfica” (1988).

À Antropologia econômica, confere um detalhamento inédito; ao menos no âmbito das sociedades industriais e urbanas, que careciam da etnografia minuciosa produzida alhures, em sociedades tribais. Neste terreno, a escola formalista se permitia generalizar leis econômicas aplicáveis a qualquer caso empírico. Os substantivistas, por outro lado, destacavam a necessidade de considerar condições sociais e históricas particulares. Leite Lopes tratou o estudo etnográfico do “laboratório secreto da produção” como a unidade básica dos sistemas econômicos. E, graduado em Economia, estava em condições de fazê-lo. Situou, pois, a crítica de Karl Polanyi à escola formalista

no contexto da despolíticação ideológica das ciências econômicas, operada na passagem da economia política liberal aos neoclássicos ou marginalistas. Apontou também para os limites da escola substantivista, que não investiga a esfera da produção com o mesmo rigor empregado para investigar a distribuição. Não atentando para a centralidade das formas de apropriação dos meios de produção e aceitando alguns “fatores de produção” da economia formalista – nomeadamente, terra e trabalho – o grupo de Polanyi subordina as relações concretas dos homens com seu meio a princípios integradores abstratos (reciprocidade, redistribuição e troca de mercado). Elementos indispensáveis para o estudo etnográfico comparado da economia ficam assim ausentes do estudo de Polanyi: as relações de produção e as relações de apropriação real.

Com efeito, na esfera da produção, o sopro renovador de Leite Lopes logo se fez sentir. Em meio a uma tradição sociológica e historiográfica que estudava a migração campo-cidade como fator de atraso industrial, soube tirar o véu da noção abstrata de crescimento econômico. Descreveu, em lugar desta abstração, demandas concretas fundamentais dos trabalhadores de origem rural. Procedeu ao relato das hierarquias internas aos trabalhadores da usina de açúcar já citada, articuladas pelas categorias nativas *artistas* e *profissionais* (Leite Lopes, 1976) – voltaremos a este ponto. Junto à apresentação de greves organizadas por trabalhadores têxteis da região metropolitana de Recife, conferiu estatuto político às práticas microscópicas levadas a curso com o intuito de burlar a exploração – absentismo, jocosidades, ironias, piadas (Leite Lopes, 1988). Novamente aqui o pesquisador brasileiro se antecipava às antropologias dos países do Norte, descrevendo “formas cotidianas de resistência”, em paralelo à consagração desta expressão no trabalho de James Scott (1985), na ocasião ignorado pela antropologia brasileira. Tais práticas, muitas vezes não verbalizadas, eram em outras ocasiões colocadas na agenda pública pelos próprios operários.

Debruçou-se este etnógrafo dos trabalhadores sobre a história social das Ciências Humanas no Brasil, tratando a competição e disputa política entre pesquisadores do Rio de Janeiro e de São Paulo como uma locomotiva para a consolidação deste campo científico – no sentido bourdieusiano da expressão. Tocou aqui no âmago das preocupações sociais e econômicas ligadas ao desenvolvimento do país. Mas, por assim dizer, a contrapelo, concentrando foco antes no ponto de vista dos trabalhadores que dos empresários ou formuladores de políticas públicas. Pôde deste modo, colocar em perspectiva etnográfica a tese da heteronomia dos trabalhadores de origem rural, então vigente na “Escola Paulista de Sociologia”. Descreveu o “pensamento de escola” que articulava os pesquisadores vinculados a uma das duas cadeiras de Sociologia da Universidade de São Paulo, de um lado, ou à Escola de Sociologia e Política, de outro. Mapeou, com colaboradores importantes da área (cf. Leite Lopes, Pessanha & Ramalho, 2012) as relações destes pioneiros paulistas tanto no campo propriamente universitário – notadamente com

cientistas estadunidenses e franceses –, quanto com o movimento sindical e com outras áreas de conhecimento – como o Direito trabalhista.

Viu no dramático problema da poluição industrial um terreno fértil para a germinação de iniciativas de participação social e controle público da acumulação capitalista. Sua obra assume neste particular um caráter profético, visto que antecipa o processo de ambientalização dos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004) que se radicalizariam posteriormente no Brasil, ao qual os desastres provocados por empresas mineradoras conferiu aspecto trágico, desde a destruição de cidades inteiras, no interior de Minas Gerais, na segunda década do século XXI.

A fim de restituir os resultados de suas pesquisas aos grupos menos letrados com os quais interagiu, recorreu aos estudos da Antropologia da imagem e produziu um filme etnográfico, revelando com isso nível elevadíssimo de disposição dialógica e democrática. E, como poucos antropólogos na história da disciplina, não apenas debateu o problema da devolução da pesquisa a grupos não letrados, como buscou meios para solucioná-lo. Em que medida sua experiência em Pesquisa-Ação junto aos trabalhadores da diocese de Nova Iguaçu, em particular, e suas relações com a igreja progressista articulada por Dom Helder Câmara e seus contemporâneos, em geral, está implicada nesta sensibilidade e disposição *sui generis* para o diálogo com trabalhadores desprovidos de letramento, constitui um interessante tema para investigação.

Procedeu, coordenando uma equipe de cerca de trinta pesquisadores, a exaustivo inventário dos movimentos sociais do país, contemplando uma exuberante diversidade dos modos pelos quais se expressam as lutas do povo brasileiro. Com acurada sensibilidade para o espírito do tempo, incorporou mais recentemente os estudos sobre as cidades à temática do trabalho (Leite Lopes, 2015), precisamente no momento em que os movimentos populares urbanos chegavam ao prosclênio da política nacional, gestando condições para que um dos maiores líderes da luta por moradia disputasse a presidência da República, nas eleições de 2018. Testemunhamos aqui a rigorosa coerência de sua trajetória, revisitando a questão urbana, desde sua pesquisa de vanguarda sobre a condução do trabalhador em Nova Iguaçu. Investigação inscrita no contexto do movimento social que consagrou o espírito do direito a cidades, na Constituição Brasileira de 1988. Movimento que Leite Lopes testemunhou desde a origem, tendo residido na comuna francesa de Nanterre, no ano mesmo em que Henri Lefebvre redigiu seu seminal “Le droit à la ville” (1968). Por sinal, em consonância com o Movimento pela Reforma Urbana que, no Brasil, remonta a um período anterior ao golpe militar de 1964.

Em tudo isso Leite Lopes não apenas encarnou uma das contribuições mais originais da Antropologia brasileira como concorreu em definitivo para sua formulação – a saber, o tratamento de temáticas particulares como aspectos de modos de vida totais. No seu caso trata-se *a fortiori* de temática particular das mais universalistas, por assim dizer, isto é, o trabalho. Sob este ponto de vista,

a Antropologia do Trabalho se aproxima da Antropologia da Política, produzida por seu colega, Moacir Palmeira. Esta prodigiosa trajetória nos apresenta não apenas a dupla verdade bourdieusiana do trabalho (a verdade da exploração, de um lado, e da satisfação intrínseca à realização do trabalho, de outro), mas múltiplas verdades. Muita tinta ainda deve correr no futuro acerca da contribuição deste antropólogo brasileiro para tornar menos opacas as contradições e complexidades da vida laboral. Meu propósito no que se segue é mais modesto e visa apresentar um fragmento de sua obra sobre o pano de fundo da Antropologia, em particular, e das Ciências Sociais brasileiras, em geral.

UMA ANTROPOLOGIA DAS AMBIGUIDADES

O artigo intitulado “O trabalho visto pela Antropologia Social”, compreende um dos estudos mais recentes de Leite Lopes sobre o estado da arte da linha de pesquisa da qual é ele mesmo o principal fundador. Descreve aí as questões em jogo, as múltiplas perspectivas metodológicas, bem como suas transformações na história da Antropologia do Trabalho, destacando repercussões disso sobre as pesquisas e escritos do próprio autor, como de resto, do grupo de antropólogos com os quais cooperou.

Preliminarmente o autor menciona que o trabalho figura nas descrições etnográficas tradicionais dos povos pré-capitalistas ou não capitalistas, como um aspecto da vida social, inserido nos circuitos de reciprocidade, concebidos como fatos sociais totais. Ele situa também, na genealogia dos estudos antropológicos do trabalho, o tema da antropologia econômica, o debate entre “substantivistas” e “formalistas”. Destaca ainda, nesse contexto, o papel fundamental de Karl Polanyi e seus intérpretes na renovação dos estudos sobre economia e trabalho nessas sociedades.

A obra de Leite Lopes constitui uma encarnação viva e dinâmica das transformações históricas da Antropologia do Trabalho. De modo que ele pode, desde o início do texto, intercalar suas próprias investigações com a apresentação mais geral do campo. Tudo se passa como se a apresentação sobre a evolução e o estado atual desta linha de pesquisa pudesse ser melhor ilustrada por meio de um relato dentro do relato acerca da evolução do trabalho particular de Leite Lopes; este traçando, por assim dizer, um buraco de minhoca no interior daquele, lhe conferindo oxigênio e, portanto, vida.

Já no início do artigo mencionado defrontamos o estudo comparativo entre historicidades distintas, possibilitado pela interpretação retrospectiva das pesquisas realizadas no mestrado e no doutorado. De um lado, os trabalhadores em usina de açúcar, narradores de uma história cíclica estrutural – dir-se-ia, retomando a clássica metáfora da máquina a vapor, uma “história fria” –, de outro, os operários têxteis de Paulista, que relatam um gênero de relação “quente” com a temporalidade, marcada por eventos conflituos rememorados em décadas, que concorrem para a formação de sua identidade

de classe, entre os anos 1940 e 1980. Leite Lopes aproxima essa história quente dos operários têxteis da historicidade êmica dos trabalhadores da *plantation* canaveira de Pernambuco, cuja memória social referencia-se também por eventos políticos conflitivos, notadamente, pela luta por direitos assegurados nos anos 1940, durante a ditadura de Getúlio Vargas.

O pano de fundo teórico desta aparente contradição comparativa refere-se à *doxa* estabelecida na sociologia do trabalho industrial, produzida na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que atribuía um suposto atraso e passividade à classe trabalhadora paulista, em decorrência de suas origens rurais. O gênero de estudo etnográfico dos trabalhadores inaugurado no Brasil por Leite Lopes coloca em evidência as fragilidades daquele postulado abstrato do atraso rural ao descrever uma historicidade quente e conflitiva de operários fabris de origem rural (da companhia de tecidos de Paulista), aproximada nesse sentido, das lutas camponesas no nordeste brasileiro. Vale ainda notar a distinção que o próprio Leite Lopes faz entre aquele axioma do atraso operário decorrente de sua origem rural, de um lado, e as interessantes contribuições monográficas da sociologia do trabalho industrial desenvolvida pela mesma escola Paulista, de outro.

Disto oferece excelente ilustração o relato de José de Souza Martins (1993¹) sobre a aparição do demônio em uma fábrica de cerâmica. A entidade maléfica se manifesta como expressão simbólica da resistência operária ao fetichismo do maquinário e à reificação do trabalhador, decorrentes da imposição do ritmo da máquina sobre a produção em substituição ao ritmo anteriormente ditado pelo trabalhador ele próprio. A interpretação de Martins se aproxima da própria chave de leitura elaborada por Leite Lopes, na qual a tradição rural (marcadamente religiosa) não constitui necessariamente fator de atraso, senão também pano de fundo para a contestação da exploração. A aproximação entre Leite Lopes e Martins, ademais, permite matizar as rivalidades entre a pesquisa social de São Paulo e Rio de Janeiro, evidenciando similaridades. O recurso do antropólogo carioca à obra de Richard Hoggart (já voltaremos a ele) também sugere convergências com Martins, cujo material empírico é elaborado por meio do tratamento retrospectivo de suas próprias memórias, a exemplo daquele pesquisador inglês.

Leite Lopes, por outro lado, abre caminhos metodológicos inéditos em contextos industriais. Eles decorrem do objetivo de estabelecer contato e progressiva relação de confiança com os trabalhadores fabris que lhe permitisse ter acesso a dados etnográficos que também fizessem sentido para o grupo pesquisado. Não se trata aqui, faz notar o autor, de tornar-se operário e obliterar a condição de pesquisador, mas precisamente de não encobrir as diferenças frente ao grupo pesquisado. Trata-se, portanto, de uma experiência de pesquisa distinta daquela levada a curso nos anos 1940 por Donald Roy,

¹ Agradeço a um dos avaliadores deste texto na Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo, por me sugerir a leitura deste extraordinário artigo de Martins.

que se empregou como operário metalúrgico em Chicago, sob orientação de Everett Hughes – o que também foi experimentado, noutros contextos fabris, por diversos pesquisadores, dentre os quais, Simone Weil, Robert Linhart e Michael Burawoy. Leite Lopes revela que desconhecia esta empreitada de Donald Roy, quando então se lançou em primeira incursão a campo, na usina de açúcar, junto aos antropólogos do projeto Pernambuco, nos anos 1970 – especialmente Moacir Palmeira, Lygia Sigaud e Rosilene Alvim, alguns de seus principais colegas de pesquisa. Naquela ocasião, faz notar este pioneiro da etnografia entre trabalhadores industriais, suas principais influências teóricas vinham dos estudos historiográficos de Edward Thompson, das investigações do grupo de Pierre Bourdieu entre trabalhadores argelinos, das pesquisas sobre memória coletiva, notadamente Maurice Halbwachs, e da etnografia retrospectiva de Richard Hoggart, baseada em suas memórias de infância, em família operária.

É também na divulgação feita por Leite Lopes dos estudos de recepção da cultura por trabalhadores, inaugurados por Hoggart, que encontro eu mesmo uma influência indispensável para realizar estudo etnográfico entre produtores domiciliares de roupas, no agreste de Pernambuco, no início dos anos 2010. Havia então certo consenso entre os pesquisadores que se lançaram a campo na mesma região que eu, acerca da interpretação de uma importante categoria nativa – qual seja, *modinha*. Para a maioria deles o conceito se referia simplesmente à cópia das roupas que *estariam na moda*, sobretudo, daquelas em exposição na mídia; nas telenovelas, em especial. Os trabalhos de Hoggart, ativados por Leite Lopes em suas investigações e em suas aulas me estimularam a duvidar da recepção passiva da teledramaturgia por parte de meus interlocutores. O que significou um primeiro passo para ver estratégias de aproveitamento dos figurinos dramáticos como meio de atrair compradores para o produto do trabalho das costureiras e costureiros agrestinos, dotados com isso de qualidades cosmopolitas e superando, por conseguinte, estigmas atribuídos à região nordeste do Brasil.

O postulado hoggartiano de uma recepção ativa da cultura atravessa a obra de Leite Lopes. De posse deste pressuposto, ele encontra na sociologia espontânea dos trabalhadores uma miríade de explicações êmicas sobre as contradições do discurso patronal para legitimação de sua dominação. Esta contribuição, vale notar, não é ela mesma de natureza teórica, mas empírica e com implicações metodológicas fundamentais. Mais profícuo que vestir o uniforme de operário parece ter sido a sólida tradição interpretativa que se constituiu desde que Hoggart – ao lado de Thompson, Raymond Williams, Karl Polanyi, Norbert Elias, todos reativados por Leite Lopes e investidos na interpretação de seu material de campo –, sem querer obliterar sua condição de intelectual frente aos trabalhadores, pôs-se a interagir com estes, em experiências de educação de adultos, na Inglaterra. É precisamente esta sinceridade metodológica, que consiste em admitir a identidade de pesquisador na interação com os

trabalhadores, que constitui a novidade dos métodos empregados por Leite Lopes.

A apropriação de Norbert Elias, em especial, nos oferece um caso exemplar para a reflexão sobre o cerne da originalidade do trabalho de Leite Lopes – a saber, sua capacidade analítica para contemplar as ambiguidades do mundo do trabalho e das vidas dos trabalhadores. Uma fração fundamental de sua obra dedica-se a demonstrar – ilustrando na descrição mesma dos fatos os postulados teóricos thompsonianos – como a memória coletiva e as tradições operárias podem paradoxalmente ancorar uma força transformadora na luta por direitos. O trabalho especificamente etnográfico de Elias – “Os estabelecidos e os outsiders” – oferece, nos termos de Leite Lopes, um óbice à generalização daquela hipótese thompsoniana de uma tradição, por assim dizer, sediciosa. Ao se interessar pela investigação de campo de John Scotson, seu aluno, Elias observou como vínculos de longa duração entre operários residentes em uma pequena cidade industrial engendraram tradições compartilhadas que deram ensejo à maledicência e estigmatização contra novos moradores – também trabalhadores e desprovidos de características distintivas frente ao grupo mais antigo. Aqui o carisma de grupo compartilhado pelos trabalhadores antigos produz um gênero de coesão que os opõem aos novos moradores, tratados como ameaça ao modo de vida estabelecido. Tais ambiguidades, que podem se expressar nas tradições operárias, encontram iluminadas interpretações nos escritos do próprio Leite Lopes, a quem já é hora de citar:

“Voltando à comparação dos dois grupos operários estudados, esboçados mais acima, o caso do grupo dos operários e operárias têxteis de Paulista tem todas as características de formação do que Elias chama, estendendo Weber, de um carisma de grupo. Pois a coesão dos grupos operários, em geral pressuposta no efeito-teoria da consciência de classe possível, de fato é algo a ser construído e demonstrado. É de se perguntar mais frequentemente como alguns desses grupos alcançam uma coesão e um estado de mobilização diante de tantas condições e circunstâncias desfavoráveis. Assim, por exemplo, Maurice Halbwachs considera a classe operária, na sua versão de uma alienação proletária, como uma classe voltada para a matéria e isolada da sociedade. Mas também podemos considerar o próprio laboratório secreto da fábrica como uma microsociedade, com suas hierarquias, divisões e solidariedades. Os operários do açúcar, com suas diferenciações e autotransformações internas polarizadas pelas categorias de arte e de artista, características dos operários de manutenção, acabam construindo um código interno que se difunde a todos os trabalhadores da usina, o código da arte, que reforça a coesão operária face aos chefes da hierarquia interna, deslegitimados por não serem produtores diretos da matéria. É como se uma face da dupla verdade do trabalho proposta por Bourdieu – o gosto pelo trabalho bem feito e o orgulho da profissão – pregasse uma peça na outra face, a verdade da exploração do trabalho, deslegitimando-a. Mas, se aos operários do açúcar falta uma historicidade ativa que impulse sua mobilização para a diminuição daquela exploração, tal não foi ausente da trajetória dos operários de Paulista. Isso durou até o final dos anos 1970. A partir dos anos 1980, uma série de processos econômicos levaram a uma forte

desindustrialização da área, culminando com as políticas neoliberais dos anos 1990.” (Leite Lopes, 2014, 36-37).

Destarte, o carisma de grupo que confere coesão aos trabalhadores conduz a uma tradição combativa, entre os operários têxteis. Entre os trabalhadores da usina de açúcar, ao contrário, o código da arte produzindo coesão entre os trabalhadores deslegitima, de um lado, a hierarquia patronal (por não dominar a arte da produção) e, de outro lado, pelo orgulho mesmo decorrente do controle da arte, conduz os operários também a distinções internas. Entre os trabalhadores de Paulista, a memória coletiva inspira a luta, como em Thompson; entre os operários do açúcar, a coesão entre os artistas produz clivagens hierárquicas no interior do grupo laboral, como no estudo de Norbert Elias e John Scotson. O papel articulador de Leite Lopes consiste em demonstrar que as aparentes contradições analíticas referidas ao estudo das tradições dos trabalhadores, em Thompson e Elias, não tornam seus trabalhos incompatíveis ou mutuamente excludentes. Antes, é o próprio objeto da Antropologia do Trabalho que não se comporta segundo critérios da lógica tradicional, mas encontra-se amiúde permeado por ambiguidades.

Esta atitude de não escamotear as contradições observadas em campo franqueia a Leite Lopes possibilidades de tratamento inovador das categorias acadêmicas. Sua etnografia sobre os operários de uma usina de açúcar do estado de Pernambuco constrói uma interpretação original da noção marxiana de fetichismo porque reconstruída a partir de formulações êmicas. A ideologia legitimadora da exploração expressa no discurso oficial da fábrica instituiu um salário-hora mais elevado entre operários de manutenção (*artistas*) que entre os produtores do açúcar (*profissionais*) como decorrência do produto do fazer dos primeiros. Impunha-se assim o fetichismo do salário-hora, sobre um gênero de trabalho cuja natureza dever-se-ia quantificar pelo produto e não pelo tempo. Ao controle dos *profissionais* escapava o ritmo da produção, ditado antes pelo ritmo da máquina. Isto os impossibilitava de intensificar sua produção, convertendo-os em *contadores de horas* com tendência à exaustiva extensão da jornada de trabalho.

Ora, o fetichismo do salário-hora, em seus dois gêneros distintos dos *artistas* e dos *profissionais*, é ele próprio objeto de operações comparativas elaboradas pelos operários que lhes permitem perceber as contradições do discurso legitimador de sua exploração. Isto se processa em três níveis. Em primeiro lugar, os artistas percebem a contradição do salário-hora tanto mais quando, nos períodos de entre safra, são contratados por empreitada e remunerados conforme o valor do produto de seu fazer. Os *profissionais* de sua parte destacam seu esforço e resistência para enfrentar longas jornadas de trabalho diário na usina, somadas ao trabalho em suas lavouras de subsistência (nas quais investem parte substancial do trabalho necessário à reprodução de sua força de trabalho e de sua família, não devidamente remunerado pela usina). E o formulam de modo ambíguo. De um lado, expressando orgulho legitimador de sua condição de *contadores de hora*, em um contexto em cuja agência na

produção se atribui à máquina. De outro lado, denunciando o esgotamento orgânico que tal regime lhes impõe. Esta denúncia lança, por assim dizer, luz espontânea sobre o descompasso entre o acréscimo marginal progressivo de esforço e o declínio marginal do salário-hora (que se mantêm constante, notadamente mediante sucessivas trapaças patronais para sonegar o adicional de hora-extra). Finalmente, em um terceiro nível, o código da arte opera como amálgama legitimador do trabalho de ambos, *profissionais* e *artistas*, no contexto de sua oposição segmentar aos empregados da administração, que nada produzem e ainda assim percebem remunerações mais elevadas. Aqui a crítica espontânea dos *artistas*, enxergando sob o fetichismo de seu salário-hora retribuição mais elevada que a do salário-hora dos *profissionais* como decorrência de seu fazer (diferença salarial cuja legitimidade é reconhecida pelos *profissionais*), amplia sua escala para evidenciar o caráter ilegítimo do salário dos empregados administrativos. De modo inédito, pois, a noção marxiana de fetichismo é descrita em sua ambiguidade, revelando uma face de positividade crítica.

Mas as complexidades contempladas no trabalho de Leite Lopes não se restringem ao âmbito da produção, transbordando para a vida extra laboral dos trabalhadores; para a esfera da reprodução de sua força de trabalho, em geral, e de suas práticas de lazer, em particular. Ao concentrar o foco de suas investigações para este outro “tempo” constitutivo dos modos de vida dos trabalhadores brasileiros, Leite Lopes lança luzes inéditas sobre o que se convencionou chamar de “dilema brasileiro”. E o elo que opera como amplificador da escala, de uma linha de pesquisa antropológica ao estudo da formação nacional, compreende o principal elemento da cultura proletária brasileira – o futebol.

ESPORTE: DO “TEMA MENOR” AOS CLÁSSICOS DA FORMAÇÃO NACIONAL

Acerca de Norbert Elias, Leite Lopes (1995) nota mais uma interessante ambiguidade: a saber, que um tema de pesquisa considerado “menor” – isto é, menos dotado de legitimidade porque vinculado à esfera do lazer e supostamente desconectado das questões em jogo no âmbito “mais sério” da Economia, da produção, como de resto, de outras linhas de investigação clássicas, como a Sociologia e Antropologia do Direito – foi tratado como elo fundamental no encadeamento da teoria eliasiana do processo civilizador. Desde a publicação do artigo intitulado “Esporte, emoção e conflito social” (Leite Lopes, 1995) a tese de Elias a este respeito foi se tornando bem conhecida, na universidade brasileira. Se o processo civilizador supõe, como queria Freud, um volume crescente de emoções recalçadas por meio da formação do autocontrole mediante internalização do controle social sobre os impulsos agressivos, como explicar a eficácia desta regulação social? Os recalques sucessivos das pulsões não conduziram a civilização ao embotamento? O esporte (junto com a experiência mais sublimada das artes),

apontava o sociólogo alemão então radicado na Inglaterra, oferece oportunidade para a experiência destes impulsos, sob condições regradas.

Menos evidente, no entanto, é a operação analítica homóloga, levada a curso por José Sergio Leite Lopes. Com o objetivo de entender os modos de vida dos trabalhadores, o antropólogo brasileiro lança luz sobre o futebol e termina por explicar a formação de seu país, em um sentido muito mais abrangente. Conflitos de classe e etnicidade, de condição econômica e de cor da pele, manifestam-se por vezes de modo menos velado no futebol que na vida cotidiana. Levando adiante os *insights* de Elias acerca do esporte como um laboratório social, Leite Lopes busca no futebol um material *sui generis* para o estudo da cultura operária, em particular, e da sociedade brasileira, em geral.

O tema do lazer não representa, entretanto, um enxerto teórico, extrínseco a seu material etnográfico; ele se insinua com toda vitalidade empírica em seu objeto de pesquisa, no doutorado. A saber, o sistema de dominação objetivado na fábrica com vila operária, o qual impõe um controle patronal sobre a totalidade do tempo do trabalhador – incluído aí o tempo liberado do trabalho fabril. Nesse sentido, o patrocínio patronal do lazer dos trabalhadores, incluindo o futebol, constitui a um só tempo parte de uma estratégia de legitimação da dominação, de um lado, e um estímulo à autoexploração, de outro. Se, com o tempo, a adoção do futebol como estratégia de organização do operariado deixa de ser prerrogativa única dos patrões, com a adesão dos sindicatos, a relação intrínseca entre futebol e tradições dos trabalhadores, no Brasil, se expressa, por outro lado, precocemente, no episódio do primeiro jogo recreativo da modalidade registrado no país. Antes mesmo dos eventos que alimentaram o mito de origem do futebol brasileiro – a saber, sua introdução oficial por Charles Miller, em 1894, após seu retorno da Inglaterra – marinheiros ingleses já ensaiavam as primeiras jogadas no litoral do país e desempenhavam, por conseguinte, o papel de “testemunhas materiais do grau de popularização do esporte em seu país de origem” (Leite Lopes, 2012, p. 242, em livre tradução do original em inglês).

E, no entanto, se tal processo de popularização não tardou a ocorrer também entre nós, há que se registrar os conflitos violentos que ele envolveu dada nossa tradição de um escravismo de alta intensidade, o qual encontraria terreno fértil no princípio do amadorismo esportivo inglês. Uma vez mais aqui, a arguta percepção de Leite Lopes para as ambiguidades da vida social lhe permite observar que se, por um lado, a aceitação gradativa dos trabalhadores no futebol oferecia um dispositivo legitimador às elites diante do desgaste moral progressivo de seus privilégios, encarnados em um modo de vida esportivo (escolástico dir-se-ia sob a inspiração de Bourdieu), por outro lado, as regras esportivas da primeira divisão excluíam arbitrariamente estivadores, soldados, bem como trabalhadores que recebiam gorjetas ou comissões, tais como garçons, taxistas, barbeiros (Ibidem, p.250). Com a gradativa abertura do futebol aos trabalhadores e também aos jogadores negros, as elites

monopolistas instituem um teste de escolarização como condição para participação nas competições – o que expressa, nas palavras do antropólogo, as características heufemísticas e indiretas do preconceito de classe e de cor, no Brasil.

“Entrando em um jogo sob os olhos da águia dos representantes da liga, os atletas tiveram que preencher um questionário com as seguintes informações necessárias: nome completo, nomes dos pais, nacionalidade, local de nascimento, data de nascimento e local de estudo e trabalho. Vasco da Gama e São Cristovão, outro time recrutador de jogadores dos subúrbios, organizaram cursos de alfabetização e educação primária especialmente para seus atletas. Seus jogadores de origens de classe trabalhadora, que eram quase invariavelmente analfabetos ou funcionalmente analfabetos, conseguiram escapar dessa armadilha aparentemente neutra, embora com grande dificuldade” (ibidem, 250. em livre tradução do inglês).

Não escaparam a Leite Lopes as manifestações de racismo relacionadas ao primeiro jogador negro a disputar uma competição oficial. Trata-se de Manteiga, apelido que batizou um atleta do América do Rio de Janeiro, dada a facilidade com a qual realizava passes com alta precisão. A expertise técnica de Manteiga, contudo, não impediu que nove jogadores se demitissem do clube, alguns dos quais tendo se retirado do vestuário do campo, já por ocasião de sua estreia. Como se poderia supor, tais jogadores foram contratados por um dos clubes expressivos dos privilégios futebolísticos da elite carioca – que protagonizou também o célebre caso do jogador negro Carlos Alberto, o qual, tendo se incorporado ao time em 1916, e temeroso da reação da torcida, maquiava-se com “pó de arroz” para clarear a pele – o Fluminense Futebol Clube.

“Os membros do conselho do clube preservaram Manteiga, apesar da crise, mas este se sentia extremamente desconfortável; sua presença provocava maior perturbação nas instalações do clube do que no próprio campo de jogo. Durante uma turnê do América para Salvador (a cidade natal de Manteiga, e onde há maior concentração de negros que no Rio), ele ficou para trás, abandonando a equipe. Pode-se facilmente entender a grande reação dos clubes à entrada bem-sucedida do Vasco da Gama em 1923, com uma equipe composta de pobres brancos, mestiços e negros. Tendo excluído Vasco da Liga dos Clubes em 1924 e 1925, Fluminense e Flamengo venceram esses dois títulos, respectivamente...” (ibidem, 252, em livre tradução do inglês)

A histórica derrota da seleção brasileira para o Uruguai, na Copa do Mundo do Brasil de 1950 é tomada por Leite Lopes como um caso privilegiado para a interpretação da perenidade das teorias racistas que se manifestam no futebol, em particular, e que permanecem fundantes, ainda que sub-reptícias, da vida social brasileira, em geral. Os brasileiros, negros e mestiços, portanto, menos civilizados, são por isso predispostos a grande instabilidade emocional, o que prejudica suas decisões em campo. Admite-se, sem dúvida, a existência de habilidades corporais e qualidades físicas prodigiosas entre os negros – que se expressam, muito claramente, na música e na dança. E, no entanto, no campo

do esporte, a instabilidade emocional conduziria os jogadores negros a uma performance invariavelmente marcada por grande apelo estético, mas desprovida de eficácia, porquanto perpassada a todo instante por indecisões e instabilidades lógicas.

“O resultado da final da Copa do Mundo de 1950 parecia assim adequado para ilustrar essa suposição erudita, subscrita por boa parte do mundo esportivo: a melhor equipe do campeonato, exibindo grande beleza e habilidade em sua técnica de futebol, sucumbia em seu próprio estádio, o maior do mundo, com o maior público já visto, a uma equipe tecnicamente inferior ainda assim mais determinada e ‘branca.’” (Ibidem, 260, em livre tradução do inglês).

A memória incorporada deste “racismo cordial”, nos termos de Leite Lopes, recebeu uma roupagem neurocientífica, mas permanece viva e mais poderosa que nunca, porquanto travestida de “fundamento técnico” da Educação Física. Às expressões técnicas “velocidade de reação” e “tomada de decisão” são transformações conceituais que, aproximadas dos testes de QI, se prestam à produção das mesmas classificações sociais hierárquicas. Tudo se passa, pois, como se no imaginário coletivo de uma fração expressiva da sociedade brasileira permanecessem vivos os mesmos valores incorporados nos modos de vida das elites do início do século XX, as quais tinham já no futebol, um meio de expressão pública e um dispositivo de distinção social. Valores bem expressos no excerto que segue:

“Os clubes se converteram em lugares para a sociabilidade urbana; oferecendo exibição ou participação em atividades físicas ou esportivas, eles prolongavam as recepções e *soirées* que reuniam as famílias dominantes dos *sobrados*, no início do século XX...” (ibidem, 242, em livre tradução do inglês).

A menção aos sobrados remonta naturalmente a Gilberto Freyre, também evocado noutro artigo de Leite Lopes, redigido em colaboração com Jean-Pierre Faguer, sob o título “L'invention du style brésilien: sport, journalisme et politique au Brésil”. Logo no início, os autores lembram que foi também Gilberto Freyre quem redigiu o prefácio ao livro do jornalista Mário Filho, “O negro no futebol brasileiro” (1947). Ali Freyre destacava a “influência que o futebol exerceu sobre os homens de sua geração” (Leite Lopes & Faguer, 1994, 28, em livre tradução do original em francês). Tais menções a Gilberto Freyre não são triviais; elas se anunciam implicitamente já no título de artigo acima citado – “Class, ethnicity and color in the making of Brazilian football”. A expressão “making of Brazilian football” expressa evidentemente a influência thompsoniana já considerada.

Por outro lado, a discussão substantiva elaborada no artigo inscreve Leite Lopes, definitivamente, entre os teóricos do Pensamento Social Brasileiro que se dedicaram ao estudo da “formação nacional”, junto com o próprio Gilberto Freyre e com os, igualmente clássicos, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Antônio Cândido, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Celso Furtado, dentre outros. O futebol aparece “como um domínio no qual os conflitos sociais e dilemas nacionais se expressam”. Leite Lopes faz referência

explícita a Gilberto Freyre, ao sugerir que os clubes esportivos do início do século XX, reuniam as famílias da elite residentes dos sobrados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os clubes constituíam, por assim dizer, extensões esportivas dos sobrados e, como este, objetivavam, na cultura material, um modo de vida marcado pelo preconceito de classe e de cor.

Roberto DaMatta (1994) soube elaborar, em um nível teórico e ideal-típico, uma análise sobre o estatuto do futebol para a formação de rituais de inversão que teatralizam as clivagens hierárquicas do Brasil, a um só tempo, neutralizando-as e instituindo uma ponte entre tradição aristocrática, malandragem e modernidade democrática. Coube a José Sérgio Leite Lopes descrever, na escala da minúcia etnográfica e da reinterpretação histórica, o papel deste esporte na formação da cultura operária brasileira e na expressão clara dos brutais conflitos de classe e de cor que, na vida social cotidiana, permanecem parcialmente obliterados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não são apenas as evocações de estudiosos clássicos da formação nacional ou o debate específico dos trabalhos sobre futebol e cultura operária que permitem inscrever José Sérgio Leite Lopes na tradição do Pensamento Social Brasileiro. Antes, são as soluções metodológicas e a renovação conceitual das Ciências Sociais presentes em sua obra que lhe asseguram lugar entre os clássicos. O vigor das chaves interpretativas que elabora pode ser testado no exame do problema denominado por Roberto DaMatta de “dilema brasileiro” – a saber, a adoção, no pós-abolição da escravatura em 1888, da ideologia liberal, de livre troca no mercado entre capital e força de trabalho, em meio à perenidade de tradições hierárquicas, patriarcais e escravocratas. Como o leitor terá depreendido, o pressuposto do atraso da classe operária brasileira como decorrência de suas origens rurais constitui uma variante desta formulação, que situa, com etnocentrismo de classe (expressão consagrada por Leite Lopes que simboliza de modo sintético sua contribuição abrangente), a raiz do problema antes entre os trabalhadores que no capital, cujos detentores brasileiros, como notou Lucio Kowarick (1994), historicamente estão longe de romper com os hábitos escravistas.

Ora, a perspectiva thompsoniana de uma tradição transformadora, por assim dizer, permite a Leite Lopes compreender, no plano da descrição etnográfica, uma alternativa prática que os trabalhadores se esforçam por impor ao dilema brasileiro – repita-se, do “indivíduo livre” (sic) vivendo em uma sociedade altamente hierárquica. A reivindicação de condições características de modos de vida pré-industriais – por exemplo, um roçado nas terras da empresa que permita às famílias a produção rural de subsistência, nos intervalos da jornada de trabalho fabril – oferece às famílias operárias uma proteção, a um só tempo, identitária e laboral contra os perigos da deriva individualista em contexto de modernidade embotada. Não por acaso, a descrição das “famílias de operárias”

elaborada por Leite Lopes e Alvim (1990) é também uma descrição de “famílias operárias” – para as quais o oferecimento de um roçado constitui condição importante do recrutamento fabril. Tanto a manutenção da coesão familiar no contexto de deslocamento da força de trabalho para a vila operária da fábrica quanto a concessão de “benefícios” extra salariais, produtores de vínculos entre patrões e empregados, indicam a continuidade de relações pessoalizadas, em meio ao contexto “liberal” do “mercado de trabalho” – esta outra expressão do fetichismo que pressupõe uma noção abstrata de liberdade substantivamente inexistente, como também a formulou Leite Lopes. Relações pessoalizadas também elas permeadas por ambiguidades, às quais não se pode reduzir à ideia de atraso, senão também nelas reconhecer formas cotidianas de resistência à exploração e estratégias de subsistência possíveis dos trabalhadores.

O dilema brasileiro, que tanto absorveu esforços interpretativos dos intelectuais do país, pode ser assim reformulado nos termos de uma utopia/destopia moderna e de seu corolário, a ambiguidade indivíduo/pessoa em contexto de modernidade embotada e tradicionalismo sobrevivente. Estas contradições não podem ser compreendidas em seus desdobramentos práticos senão por meio do recurso à etnografia entre trabalhadores. Como ideologia estruturante dos engenheiros fabris a modernidade se confronta com as tradições culturais dos trabalhadores. As soluções que decorrem dos encontros, interações e conflitos deflagrados entre ideologia moderna e práticas tradicionais só podem ser registradas no chão da fábrica, mediante os métodos de investigação que Leite Lopes introduziu nos estudos do trabalho.

REFERÊNCIAS

- Alvim, R. & Leite Lopes, J.S. (1990). “Famílias operárias, famílias de Operárias”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(5):1-17.
- Cândido, A. (2000) *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Italiana Limitada.
- Clifford, J. (1988), *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art*. Harvard: Harvard University Press.
- DaMatta, R. (1979), *Carnavais, malandros e heróis – Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- DaMatta, R. (1994). “Antropologia do óbvio – Notas em torno do significado social do futebol brasileiro”. *Revista USP*, (22), 10-17. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i22p10-17>.
- Faoro, R. (2008). *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo.
- Holanda, S.B. de. (1995). *Raízes do Brasil*. 26. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras.

- Kowarick, L. (1994). *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Paris: Éditions Anthropos.
- Leite Lopes, J.S. (2015), “Apropriações dos estudos sobre cidade pela perspectiva de uma antropologia do trabalho”. In *Áltera - Revista de Antropologia do PPGA / UFPB*, v. vol 1 n 1, p. 1-16.
- Leite Lopes, J.S. (2014), “O trabalho visto pela antropologia social”. In *Revista Ciências do Trabalho*, v. vol.1 n. 1, p. 65-84.
- Leite Lopes, J.S. (2012), “Class, ethnicity and color in the making of Brazilian football”. In *the MIT press on behalf of the American Academy of Arts & Sciences*.
- Leite Lopes, J.S. (1995), “Esporte, emoção e conflito social”. In: *Mana: estudos de antropologia social*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 141-166.
- Leite Lopes, J.S. (1988), *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero.
- Leite Lopes, J.S. (1976), *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Leite Lopes, J.S.; Pessanha, E. & Ramalho, J.R. (2012), Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, *Educação & Sociedade*. 33 (118).
- Leite Lopes, J.S. (Coord.); Antonaz, D.; Prado, R.; Solva, G. (Org.). (2004), *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Leite Lopes, J.S. & Faguer, J.P. (1994), « L'invention du style brésilien: sport, journalisme et politique au Brésil ». In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 103(1): 27-35, DOI: [10.3406/arss.1994.3094](https://doi.org/10.3406/arss.1994.3094).
- Leite Lopes, J.S. et. all. (1981), “A condução do trabalhador”. In Brandão, C. R. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Martins, J.S.. (1994). “A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção”. In *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*. 5 (1-2).
- Scott, J. (1985) *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. London: Yale University Press.